

## EDITORIAL

A FAE Centro Universitário disponibiliza a publicação *Vitrine da Conjuntura*, periódico eletrônico mensal do Curso de Ciências Econômicas, relativa a outubro de 2016, contendo três textos que tratam de aspectos do cotidiano da economia brasileira e paranaense, além das partes fixas do Panorama Econômico e dos Indicadores.

O primeiro artigo tenta interpretar a distância entre a retomada da confiança, intensificada nas manifestações dos agentes sociais depois do desfecho do processo de impeachment, e o reerguimento dos níveis de atividade econômica, ressaltando que o aparelho de produção e comercialização ainda está em estado de choque. Em linha semelhante, a segunda reflexão busca qualificar as peculiaridades e limitações da recuperação do ciclo de negócios. A terceira incursão descreve o peso do agronegócio na competitividade da economia do Paraná.

Ótima leitura.

*Gilmar Mendes Lourenço*

*Editor*

# Equipe Técnica



**Carlos Ilton Cleto**

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.

**Gilmar Mendes Lourenço**

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



**Gustavo Nunes Mourão**

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá e professor da FAE.

## RESGATE DA CONFIANÇA E DISTÂNCIA DO CRESCIMENTO

*Gilmar Mendes Lourenço*

O clima conjuntural brasileiro permanece marcado pela paradoxal combinação entre gradativo prosseguimento da recuperação da confiança dos agentes, ligada, fundamentalmente, ao retorno da previsibilidade do ciclo político, com o encerramento do processo de impeachment, e aprofundamento do panorama recessivo que assola o País desde o princípio de 2014.

De fato, uma observação atenta das séries de indicadores antecedentes, relacionados às expectativas dos atores sociais, permite constatar a consolidação da reversão do clima de pessimismo, ainda que de forma moderada, reflexo do reconhecimento coletivo da natureza morosa da tarefa de superação da crise doméstica que abarca apreciáveis elementos de perturbação de caráter político, institucional e econômico.

Assim, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) acusou, em setembro de 2016, a quinta ascensão consecutiva, atingindo 53,7 pontos, aproximando-se da média histórica (54,2 pontos), depois de situar-se abaixo de 50 pontos entre abril de 2014 e julho de 2016. O parâmetro varia entre zero e cem, atestando confiança quando supera 50 pontos.

No mesmo sentido, conforme a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a intenção de consumo das famílias alcançou 72,1 pontos (faixa de zero a duzentos, sinalizando otimismo quanto ao desejo de compras quando suplantam 100 pontos), em setembro de 2016, representando a segunda subida seguida. Ainda assim, situa-se em um dos menores patamares da série histórica começada em 2010, quando atingiu 143,4 pontos (dezembro daquele ano) e a gestão Lula contabilizava recordes de popularidade.

Do lado das estatísticas correntes, a manutenção do estado de choque no circuito dos negócios pode ser evidenciada pela persistência de resultados expressivamente negativos da produção industrial, volume de vendas do comércio varejista e faturamento real do setor de serviços, apurados por pesquisas mensais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com decréscimos em doze meses, até julho de 2016, de -9,6%, -10,3% e -4,9%, respectivamente.

Porém, a síntese da dimensão depressiva pode ser notada no índice de atividade econômica do Banco Central, uma espécie de proxy do produto interno bruto (PIB) para o mês de julho de 2016, ocasião em que exprimiu queda de -0,09%, frente a junho, -3,45%, em relação a julho de 2015, -5,53% no ano acumulado do ano de 2016, e -5,61% em doze meses.

Essencialmente, o flagrante descompasso esboçado entre a restauração da confiança e a resistência do lado real do sistema econômico em escapar do abismo recessivo pode ser imputado à conjugação entre abrandamento das incertezas quanto ao equacionamento e morosidade de maturação das medidas de equacionamento da catástrofe econômica, produzida por essas paragens desde fins de 2008, com a destruição dos mecanismos de estabilização e a contínua priorização do consumo (público e privado) em detrimento do investimento.

*O ajuste fiscal e as reformas estruturais esbarram em obstáculos políticos nada desprezíveis.*

Mais especificamente, apesar de a orientação da equipe econômica do governo Temer ter conseguido convencer os mercados acerca da inarredável disposição de promoção do ajuste fiscal, aspecto imprescindível para a retomada sustentada do crescimento, a execução das complexas tarefas requeridas será lenta, esbarrando em obstáculos políticos nada desprezíveis, erguidos e defendidos por interesses contrários à redução dos gastos públicos e à implantação das reformas estruturais.

A par disso, a teimosia da escalada inflacionária, mesmo que motivada predominantemente por choques de oferta, coloca a evolução do nível geral de preços ainda distante sequer do teto de 6,5% ao ano, da meta de 4,5% a.a., estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e provoca a preservação de posturas defensivas por parte do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), complacentes com a deterioração das variáveis relacionadas à atividade econômica e ao mercado de trabalho e arredias à diminuição dos juros.

O pior é que a autoridade monetária tem perfeita noção de que enquanto os juros Selic não caírem, com implicações sobre as taxas de captação e de empréstimos das instituições financeiras, a utilização das margens de ociosidade das empresas, o financiamento do consumo, giro dos negócios e investimentos eficiência e, por extensão, a movimentação da roda e a capacidade de aumento da arrecadação e de resgate da dívida mobiliária do governo ficarão irremediavelmente comprometidos.

Em tais circunstâncias, o organismo econômico nacional multiplica a emissão de sintomas de anemia, característicos de regressão estrutural em vários segmentos, e distancia-se da rota de renovação dos alicerces expansivos. Até porque, não é ocioso lembrar que o desenvolvimento decorre de uma articulação social planejada e maximizada por iniciativas racionais do aparelho de estado.

## PECULIARIDADES DA RETOMADA DO CRESCIMENTO BRASILEIRO

*Gilmar Mendes Lourenço*

As recentes rodadas de indicadores correntes e de expectativas, elaborados por instituições de pesquisa e entidades de classe, vem oportunizando a disseminação do sentimento de formação de um embrião de retomada da expansão econômica no Brasil. De fato, a produção industrial brasileira cresceu por cinco meses seguidos, entre abril e julho de 2016, em comparação com períodos imediatamente antecedentes, acumulando variação de 3,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, conforme sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI) há uma recuperação da confiança de empresários industriais, a partir de julho, e de consumidores, desde agosto, sendo este último aspecto corroborado por sondagem da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

A inversão de sinal da atividade industrial e o retorno de visão menos pessimista acerca do futuro de curto e médio prazo vêm conduzindo a interpretações de superação da intensa e prolongada recessão que atinge o País, evidenciada pelo declínio de -9,6% do produto interno bruto (PIB), entre abril de 2014 e junho de 2016, em contraste com o incremento ininterrupto da economia global, a partir de 2009, considerado o mais longo e generalizado, embora lento, desde 1991.

Mais especificamente, depois de onze trimestres consecutivos de retração, os patamares de produção fabril subiram 1,3%, entre abril e julho de 2016, em comparação com o intervalo compreendido entre janeiro e março, puxados pela impulsão dos bens de investimento (máquinas e equipamentos).

Tal performance foi fortemente influenciada pela multiplicação de movimentos de substituição de importações, determinada pelo rearranjo de preços relativos, provocado pela depreciação do real, verificada desde 2015, o que serviu para encarecer e comprimir a capacidade competitiva das aquisições externas de bens de consumo e de produção.

Mesmo reconhecendo que a indústria ostenta o poder de antecipação e liderança da marcha do conjunto do sistema econômico, por interferir expressivamente no funcionamento do aparelho de transações, por conta de seus efeitos irradiadores para frente e para trás, e responder, de forma mais rápida, a indicações de alterações de expectativas, soa precipitada a interpretação de que estaria em constituição um estágio de consistente reerguimento do ciclo de negócios.

É preciso atentar para a base de confronto bastante deprimida, representada pelo final de 2015 e princípio de 2016, ápice da fase de contração econômica, o que sugere cautela nas apostas acerca da ascensão recente do complexo industrial, situando-o ainda 18% abaixo do topo, contabilizado no começo de 2011. Até porque, quando se considera, como referência de cotejo, o primeiro e o segundo trimestre de 2015, identifica-se decréscimo de produção de -11,5% e -6,7%, respectivamente, em 2016.

Ademais, o segmento industrial, particularmente o de transformação, amargou pronunciada compressão de sua força de empuxe da matriz de produção, atestada pela rápida e substancial diminuição de peso no PIB, descendo de 17,8%, em 2004, para 11,4%, em 2015.

Em paralelo, os serviços, marcados por menor eficiência e acentuadamente dependentes da marcha da renda e do emprego, variáveis reconhecidamente em flagrante regressão, experimentaram elevação de contribuição na geração do produto total de 64,7% para 72%, em igual período. Por uma ótica conjuntural, o volume dos serviços exibiu recuo de -4,5%, no mês de julho de 2016, frente a julho de 2015, e -4,8%, no primeiro semestre e -4,9%, nos últimos doze meses, conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), efetuada pelo IBGE.

No interior do setor, o volume de vendas do comércio varejista decresceu, em julho de 2016, -10,2%, em relação a julho de 2015, -9,4%, em seis meses, e -10,3%, em doze meses, em decorrência da drástica redução do consumo das famílias (que representa mais de 63% do PIB), associada à corrosão dos rendimentos reais (com disparada do desemprego e a resistência da inflação), à ressaca do crédito e à disparada do endividamento e inadimplência da população.

*Para dúvidas quanto às chances de irradiação das mudanças de humor dos agentes sociais para o lado real da economia.*

Por tudo isso, paira dúvidas quanto às chances de irradiação das mudanças de humor dos agentes sociais – provocadas notadamente pelo delineamento do desenlace da crise política - para o lado real da economia, ensejarem a edificação de um círculo virtuoso capaz de provocar a interrupção da escalada do desemprego e do encolhimento da renda das famílias, assinaladas por diferentes investigações mensais.

Nessa perspectiva, é prudente lembrar que a construção civil, subsetor que traduz a dinâmica cíclica do ambiente econômico, retratando o curso das obras públicas e da demanda por edificações comerciais e residenciais, grande absorvedor de mão de obra não qualificada, prossegue asfixiada pela compressão das

fontes de financiamento (fundo de garantia por tempo de serviço e cadernetas de poupança) e pelos impactos dos escândalos apurados no âmbito da operação Lava Jato, envolvendo uma teia de empreiteiras.

Ao mesmo tempo, as exportações, por representarem apenas 13% do PIB, não possuem fôlego suficiente para replicar os efeitos da reativação da economia mundial e da desvalorização cambial, e atuar como válvula de escape ao encolhimento da demanda doméstica, sobretudo porque a nação abdicou - nos tempos recentes - caracterizados pela aplicação da chamada nova matriz econômica, ancorada em intervencionismo populista na administração dos preços-chave (câmbio, energia, transportes e juros) e na concessão de subsídios tributários e creditícios a grupos escolhidos por critérios pouco transparentes -, da tarefa de perseguição da inserção competitiva de empresas e setores, por aqui atuantes, nos mercados externos.

## O POTENCIAL COMPETITIVO DO PARANÁ E O AGRONEGÓCIO

Gilmar Mendes Lourenço

Em meio a mais extensa e aguda recessão econômica já registrada pelo Brasil, o ranking de competitividade dos estados, preparado pela consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU), entidade de pesquisas da revista The Economist, e o Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com a consultoria Tendências, posicionou o Paraná em segundo lugar, entre os 27 espaços geográficos, em 2015 e 2016, atrás apenas de São Paulo.

O esforço de investigação e apurações, realizado por aquelas instituições, leva em conta a performance das unidades federativas em distintas variáveis, englobando educação, sustentabilidade ambiental, segurança pública, infraestrutura econômica, finanças públicas, atmosfera regulatória, dentre outros itens resultantes do levantamento, tratamento, consistência e sistematização de dados e informações, expressos em 65 indicadores capazes de subsidiar as escolhas estratégicas dos agentes públicos e privados e otimizar o ambiente de funcionamento das instâncias governamentais e corporações privadas, nas frações subnacionais.

Por uma ótica prospectiva, parece evidente a acumulação, ao longo dos últimos anos, de trunfos que habilitariam a economia paranaense a protagonizar o espetáculo de retomada do crescimento econômico brasileiro, quando este for viabilizado pela superação política dos obstáculos de natureza fiscal e à aprovação das reformas estruturais imprescindíveis à compressão de custos e impulsão da eficiência microeconômica da nação.

Dentre as pedras preciosas garimpadas pelo Estado sobressai a restauração da capacidade de endividamento, com a menor relação dívida/arrecadação (0,41), no universo das unidades consideradas mais desenvolvidas, e a terceira menor taxa de extrema pobreza (US\$ 1,25 per capita/dia) do País, atrás de Santa Catarina e São Paulo, segundo o Banco Mundial.

O Paraná também ganhou, no certame nacional, a posição de quarta economia, suplantando o Rio Grande do Sul, e terceira indústria de transformação, superando o Rio de Janeiro, e contabilizou a atração de mais de R\$ 40 bilhões em projetos industriais privados, nacionais e estrangeiros, entre 2011 e 2016, constituindo a maior carteira do País, quando referenciada à dimensão dos negócios em cada região.

*O Paraná não representa uma “ilha da fantasia” em um oceano dominado por profunda crise.*

Por certo, o Estado não representa uma “ilha da fantasia” em um oceano dominado por profunda crise. Tanto que o sistema produtivo regional vem reproduzindo o cenário de retração dos níveis de atividade, registrados pelo País desde o começo de 2014.

Contudo, as estatísticas correntes demonstram que a conjuntura de instabilidade tem se revelado menos intensa no território paranaense. Prova disso são os decréscimos de -6,9% na produção industrial, entre janeiro e julho de 2016, contra -8,7%, em âmbito nacional, e de -3,0% no produto interno bruto (PIB), no primeiro semestre de 2016, ante queda de -4,6% para a média do Brasil, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Ademais, a geração líquida de empregos com carteira assinada recuou -0,8%, no intervalo compreendido entre janeiro e agosto de 2016, versus -1,6% para o País, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

A taxa de desemprego no estado subiu de 6,2% da população economicamente ativa (PEA), no segundo trimestre de 2015, para 8,2% da PEA, entre abril-junho de 2016, sendo a quinta menor entre os entes federados, perdendo apenas para Santa Catarina (6,7%), Mato Grosso do Sul (7,0%), Rondônia (7,8%) e Roraima (8,0%). Enquanto isso, a nação observou salto na desocupação de 8,3% da PEA para 11,3% da PEA, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE.

Ainda no terreno do mercado de trabalho, apesar de o rendimento médio real (com desconto da inflação) ter caído mais que o dobro do Brasil, no período em pauta (-6,5% versus -3,0%), ainda encontra-se 7,0% acima do patamar nacional, sendo o quinto maior, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Amapá.

Essencialmente, a retração menos acentuada da matriz de transações local, vis a vis a média nacional, deriva do funcionamento de uma base produtiva diferenciada, ainda marcada por fortes nexos com o agronegócio que, além de representar a terça parte do PIB no Estado, é detentor de maior envergadura competitiva, a despeito dos custos crescentes da porteira para fora dos estabelecimentos rurais e das indústrias, fruto da ausência de políticas públicas consistentes voltadas ao setor, na contramão do que acontece no resto do mundo.

É prudente lembrar que o agronegócio é o grande responsável pela solvência externa do País, a partir da produção de contínuos e enormes superávits comerciais, graças a intransigente perseguição de ganhos de eficiência, pela iniciativa privada, com forte presença e participação das cooperativas, entidades estaduais de pesquisa e extensão rural e Embrapa, um verdadeiro oásis no deserto da administração pública federal.

No Paraná, dos treze ramos acompanhados pela pesquisa industrial mensal – produção física (PIM-PF), do IBGE, apenas três exibiram expansão, nos sete primeiros meses de 2016, sendo um deles a fabricação de alimentos. Trata-se de cadeias produtivas com apreciável aderência aos estímulos de mercado, sintetizados, em 2016, na elevação de 10,5% nas cotações internacionais da soja, associada aos reduzidos níveis de estoques, sobretudo nos Estados Unidos, e na estabilização dos preços do milho. Só a título de exemplo, ¾ do valor bruto da produção da agropecuária estadual provém das lavouras de soja e milho e da avicultura.

## INDICADORES

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2016-2020

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2016	-3,18	13,66	3,25	7,24
2017	1,30	11,00	3,41	5,15
2018	2,30	10,34	3,59	4,65
2019	2,45	9,96	3,68	4,54
2020	2,51	9,71	3,74	4,49

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 30/09/2016

NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – AGOSTO 2006-2016

AGO/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2006	30,06	0,37	15,25	0,90	46,59
2007	29,13	0,53	13,64	0,79	44,10
2008	28,66	-0,84	13,41	0,75	41,98
2009	28,43	-1,08	12,54	0,76	40,65
2010	27,96	-1,32	11,48	0,65	38,77
2011	26,21	-1,02	10,77	0,57	36,53
2012	22,70	-1,31	10,74	0,52	32,65
2013	20,34	-1,43	10,62	0,61	30,63
2014	22,36	-1,06	10,63	0,60	32,53
2015	22,56	-2,60	12,24	0,82	33,02
2016	32,73	-2,59	12,29	0,88	43,30

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

## INDICADORES

### VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM CURITIBA – AGOSTO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	25.961	70,95	36.593	28,26	91.873	2,07	1.253.728
DESLIGAMENTOS	25.034	71,05	35.233	27,41	91.340	1,94	1.287.681
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	713.234	70,85	1.006.653	26,88	2.653.120	1,80	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	152.030	71,80	211.733	23,28	653.176	1,85	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	927	-	1.360	-	533	-	<b>-33.953</b>

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

### VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - AGOSTO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.792	7,63	36.593	3,04	91.873	0,22	1.253.728
DESLIGAMENTOS	2.793	7,93	35.233	3,06	91.340	0,22	1.287.681
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	87.252	8,67	1.006.653	3,29	2.653.120	0,22	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.206	6,71	211.733	2,17	653.176	0,17	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	<b>-1</b>	-	1.360	-	533	-	<b>-33.953</b>

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

### VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM ARAUCÁRIA – AGOSTO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.055	5,62	36.593	2,24	91.873	0,16	1.253.728
DESLIGAMENTOS	1.323	3,76	35.233	1,45	91.340	0,10	1.287.681
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	38.214	3,80	1.006.653	1,44	2.653.120	0,10	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.767	2,72	211.733	0,88	653.176	0,07	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	732	-	1.360	-	533	-	<b>-33.953</b>

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

# INDICADORES

## EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) –SET/2015–AGO/2016

DIA	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
1		40570,03	44121,79	50561,52		49.012,65	52.233,04	<b>56755,76</b>	45.477,06	45.313,27		45076,45
2		38596,16	44893,48		53561,53	49.887,24		<b>56162,38</b>	46.463,96	47.033,46		44914,06
3		39588,81	47193,39		52260,18	50619,49		<b>57076,91</b>	47.365,87		48053,66	46393,26
4	42141,03	40821,73	49084,86	48779,98	52552,79		52.568,65	<b>57593,89</b>	46.497,72		47710,09	45360,75
5	42419,32	40592,09		49053,61	51671,04		51.842,27	<b>57661,14</b>	60.681,98	47.598,06	48046,75	
6	41773,14			48096,24	51717,82	50431,80	51.901,80			47.735,11	46918,51	
7	40694,72		49246,10	48513,10		50487,35	52.014,65			48.914,32		45222,69
8	40612,20		49102,13	50292,92		51629,29	53.140,74	<b>57635,42</b>	46.762,07	49.106,55		44443,25
9			48665,09		50990,06	51118,46		<b>57689,41</b>	46.657,09	49.338,41	46194,92	46108,02
10		40376,58	49571,10		53070,90	49422,15		<b>56919,77</b>	46.503,99		46206,56	45630,70
11	39950,49	39318,30	49638,67	50165,47	52764,46		53.960,11	<b>58299,57</b>	46.400,50		47065,01	45262,72
12	39513,32	39808,04		52001,86	53241,31		54.256,40	<b>58298,40</b>	56.927,81		46883,57	
13	38944,44			53149,84	51804,30	49660,79	54.598,28			47.362,63	46517,03	
14	39500,10		48867,33	52411,01		48648,29	55.480,86		47.281,01	46.710,43		44747,31
15	38569,12	40092,89	47130,02	53227,74		48914,74	55.578,23	<b>59145,97</b>	47.364,06	47.161,15		44872,06
16		40947,69	47763,43		51802,92	49411,61		<b>58855,43</b>	48.553,09	47.236,10	46846,87	45015,84
17		41630,81	50913,78		50839,44	49533,84		<b>59323,83</b>	48.551,07		47247,80	45261,47
18	37937,27	41477,63	50814,65	52894,07	50561,70		56.484,21	<b>59166,01</b>	47.264,08		47435,57	43910,59
19	38057,01	41543,40		53710,04	50132,53		56.698,06	<b>59098,92</b>		47.447,31	48138,88	
20	37645,47			53630,93	49722,74	50329,36	56.578,04			47.076,55		
21	37717,10		51171,54	52907,87		50837,80	56.641,48		46.590,19	47.025,86		43199,95
22	38031,22	43234,85	51010,19			50156,30	57.022,08	<b>57781,24</b>	46.264,60	47.772,14		43469,51
23		42520,94	49690,04		49330,42	51559,81		<b>58020,03</b>	45.340,11	47.596,58	48150,27	44014,93
24		42084,55	49657,39		49345,18	50105,26		<b>57717,88</b>	45.291,96		48284,18	
25		41887,90		51861,71	49482,85		56.872,22	<b>57722,13</b>	44.831,46		46266,63	
26	37497,47	41593,07		53082,50			56.782,75	<b>57716,24</b>		47.209,32	47145,63	
27	38376,36			54477,78	49051,49	49245,53	56.852,84			47.042,94	45872,41	
28	38630,19		50838,22	54311,96		50006,56	56.667,11		43.956,92	46.740,84		43764,33
29	40405,99	42793,86	51154,99	53910,50		51001,90	57.308,20	<b>58610,39</b>	44.131,82	45.628,35		43653,96
30			51248,92		48964,34	51526,92		<b>58575,42</b>	45.059,84	45.868,81	45120,36	43349,96
31			50055,27		48471,70			<b>57901,10</b>				
<b>MÍNIMO</b>	37.497,47	38596,16	44121,79	48096,24	48471,70	48648,29	51.842,27	<b>56162,38</b>	43.956,62	45.313,27	45120,36	43199,95
<b>MÁXIMO</b>	42.419,32	43234,85	51248,92	54477,78	53561,53	51629,29	57.308,20	<b>59323,83</b>	48.553,09	49.338,41	48284,18	46393,26

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS  
SELECIONADOS – DEZ/2000–AGO/2016

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Jan/2014	60,36	89,62	1.230,87	45,64	23,50
Fev/2014	59,91	87,40	1.202,97	46,29	24,39
Mar/2014	54,80	94,41	1.209,69	46,76	27,02
Abr/2014	62,02	95,37	1.186,52	49,57	27,27
Mai/2014	61,07	88,74	1.165,31	49,94	25,85
Jun/2014	61,67	81,73	1.170,80	48,41	23,90
Jul/2014	61,78	80,26	1.062,62	44,43	22,20
Ago/2014	61,23	79,91	1.083,22	36,71	21,44
Set/2014	58,00	80,77	1.047,49	34,56	20,90
Out/2014	58,46	78,43	1.050,81	32,19	21,07
Nov/2014	60,00	77,84	1.164,19	33,54	23,99
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	24,43
Fev/2015	60,10	89,11	1.089,72	34,51	24,39
Mar/2015	60,35	84,95	1.152,64	35,94	25,01
Abr/2015	62,05	80,90	1.108,53	40,36	24,69
Mai/2015	67,60	77,91	1.046,36	41,54	23,00
Jun/2015	74,88	73,80	1.047,04	40,00	23,32
Jul/2015	74,70	74,08	1.143,47	38,97	24,54
Ago/2015	74,05	75,75	1.186,26	38,90	24,96
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	27,30
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	28,93
Nov/2015	58,98	81,41	1.370,71	43,48	28,71
Dez/2015	62,10	87,64	1.314,07	43,30	29,39
Jan/2016	66,85	106,78	1.397,50	44,10	36,59
Fev/2016	68,55	100,91	1.404,32	45,16	38,67
Mar/2016	69,97	96,83	1.140,93	45,29	41,08
Abr/2016	69,89	98,09	1.110,13	46,60	46,10
Mai/2016	71,45	107,83	1.319,96	46,19	49,96
Jun/2016	73,02	131,01	1.572,48	53,74	49,13
Jul/2016	69,81	158,53	1.489,45	53,68	41,15
Ago/2016	...	152,55	1.353,58	50,77	40,86

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

# INDICADORES

## INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 <sup>(1)</sup>	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 <sup>(3)</sup>	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 <sup>(2)</sup>	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 <sup>(3)</sup>	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 <sup>(4)</sup>
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
Jan/2013	1.836.788	1.983	59.761	0	13.861	3.142
Fev/2013	1.852.863	1.918	57.424	2.141	14.054	3.160
Mar/2013	1.864.287	1.932	56.352	2.160	14.579	3.268
Abr/2013	1.877.294	1.925	55.910	2.551	14.804	3.329
Mai/2013	1.895.304	1.907	53.506	0	15.116	3.456
Jun/2013	1.880.342	1.740	47.457	0	14.910	3.403
Jul/2013	1.904.243	1.779	48.234	1.465	15.500	3.626
Ago/2013	1.914.304	1.792	50.011	0	14.810	3.590
Set/2013	1.919.844	1.898	52.338	0	15.130	3.771
Out/2013	1.923.553	1.995	54.256	2.328	15.546	3.920
Nov/2013	1.921.603	1.947	52.482	0	16.086	4.060
Dez/2013	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007
Jan/2016	2.522.931	1.506	40.405	0	16.466	4.614
Fev/2016	2.553.705	1.561	42.793	0	16.517	4.558
Mar/2016	2.600.246	1.795	50.055	20.000	17.685	4.870
Abr/2016	2.635.683	1.918	53.910	0	17.831	4.775
Mai/2016	2.670.626	1.740	48.471	0	17.787	4.948
Jun/2016	2.690.456	1.821	51.526	0	17.930	4.843
Jul/2016	2.738.202	1.991	57.308	0	18.432	5.162
Ago/2016	-	-	57.901	0	18.401	5.213

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq

NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

# INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1996	4.245.905	47	2.434.733	2	1.811.172
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
JAN-AGO /2016	10.596.934	2,91	7.170.454	-18,21	3.426.480

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1996	47.746.728	...	53.345.767	...	-5.599.039	...
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
JAN-AGO/2016	123.570.868	-3,72	91.198.468	-24,66	32.372.400	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

# INDICADORES

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2009/2016

(Mil toneladas)

CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,5	20,0	1.658,6	720,0	740,0	198,6
Arroz em Casca	2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	953,0
	2015/16	962,9	10.602,9	1300,0	12.865,8	11.450,0	1.100,0	315,8
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	209,2
	2015/16	198,1	2.515,8	200,0	2.913,9	2.800,0	65	48,9
Milho	2009/10	7.112,8	56.018,1	391,9	63.522,8	46.967,6	10.966,1	5.589,1
	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.401,2	66.979,5	1500,0	78.880,7	53.387,8	20000,0	5.492,9
Soja em Grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	925,7	95.934,6	700,0	97.060,3	42.500,0	54.100,0	460,3
Farelo de Soja	2009/10	1.903,2	26.719,0	39,5	28.661,7	12.944,0	13.668,6	2.049,1
	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.415,0	1,0	31.251,3	15.500,0	15.200,0	551,3
Óleo de Soja	2009/10	302,2	6.766,5	16,2	7.084,9	4.980,0	1.563,8	541,1
	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.702,5	50,0	8.051,1	6.380,0	1.400,0	271,1
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	809,3	6.164,1	5300,0	12.273,4	10.714,5	700,0	858,9

FONTE: CONAB – Levantamento 12 – SET/2016 (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Nota: Estoque de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho.

## INDICADORES

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2016

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870,00	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469

FONTES: CONAB

## INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6	2,76
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...	1,19
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58	1,45
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	0,38	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46	4,85
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	...	...	...	...
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44	1,08
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89	2,07
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8	3,98	1,88	2,07
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3	...	...	...	...	...
Coréia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31	2,61
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80	0,29
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39	2,43
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39	1,10
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2	...
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02	4,79
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65	0,51
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15	0,61
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15	2,58
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23	...
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34	...
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82	2,33
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63	...
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73	2,82
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	3,24	0,98
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	...

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

## INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22	2,77
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38	4,59
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91	0,23
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39	10,62	....	...
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78	4,06
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	5,40	6,20	6,33	9,03
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91	1,13
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40	4,35
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99	1,44
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88	5,01
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27	0,71
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57	3,97
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62	0,12
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51	0,04
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35	4,91
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39	6,36
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24	0,04
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75	0,79
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02	2,72
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03	3,13
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23	3,56
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46	0,05
Rússia	...	...	12,68	9,69	8,99	14,11	11,67	6,84	8,43	5,08	6,78	7,83	15,53
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90	-0,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88	8,67
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	40,64	62,17	121,74

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

## Panorama Econômico – Setembro/2016

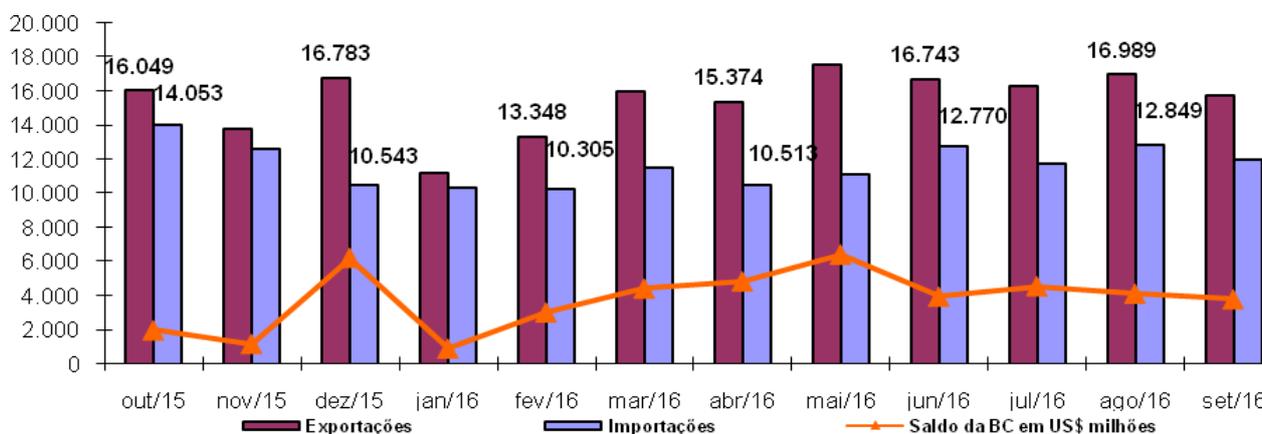
Carlos Ilton Cleto

### Comércio Internacional.

#### Balança Comercial Mensal (Setembro/2016) – MDIC

##### Fato

Em setembro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 3,80 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 15,79 bilhões e *importações* de US\$ 11,99 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 27,78 bilhões. No ano, as *exportações* acumulam US\$ 139,36 bilhões, as *importações* US\$ 103,19 bilhões, resultando em *superávit comercial* de US\$ 36,16 bilhões e *corrente do comércio* de US\$ 242,55 bilhões.



FONTE: MDIC

##### Causa

Utilizando o critério da média diária, na comparação setembro de 2015, houve queda de 2,2% nas *exportações* e recuo de 9,2% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou recuo de 5,4%. Frente a agosto de 2016, as *exportações* tiveram acréscimo 1,8%, as *importações* expansão de 2,2%. A *corrente do comércio* apresentou avanço de 2,0%. No acumulado no ano, as *exportações* caíram 4,6% e as *importações* 23,9%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em setembro, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* caíram 8,6% e a de *manufaturados* 3,1%. Por outro lado cresceram as vendas de *semimanufaturados* 19,8%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Índia. Pelo mesmo critério de comparação, houve queda de 28,3% nas *importações de bens de capital*, recuo de 23,7% em *combustíveis e lubrificantes*, 10,1% em *bens de consumo* e 2,3% em *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Argentina, Alemanha, e Coréia do Sul.

No acumulado do ano, na comparação com igual período do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* caíram 9,1% e de *manufaturados* 1,4%, enquanto a de *semimanufaturados* cresceu 4,0%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Pelo mesmo critério de comparação, houve queda de 43,7% nas *importações de combustíveis e lubrificantes*, 24,5% nos *bens de consumo*, 22,2%, nos *bens de capital* e 20,1%, nos *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Alemanha, Argentina e Coréia do Sul.

##### Consequências

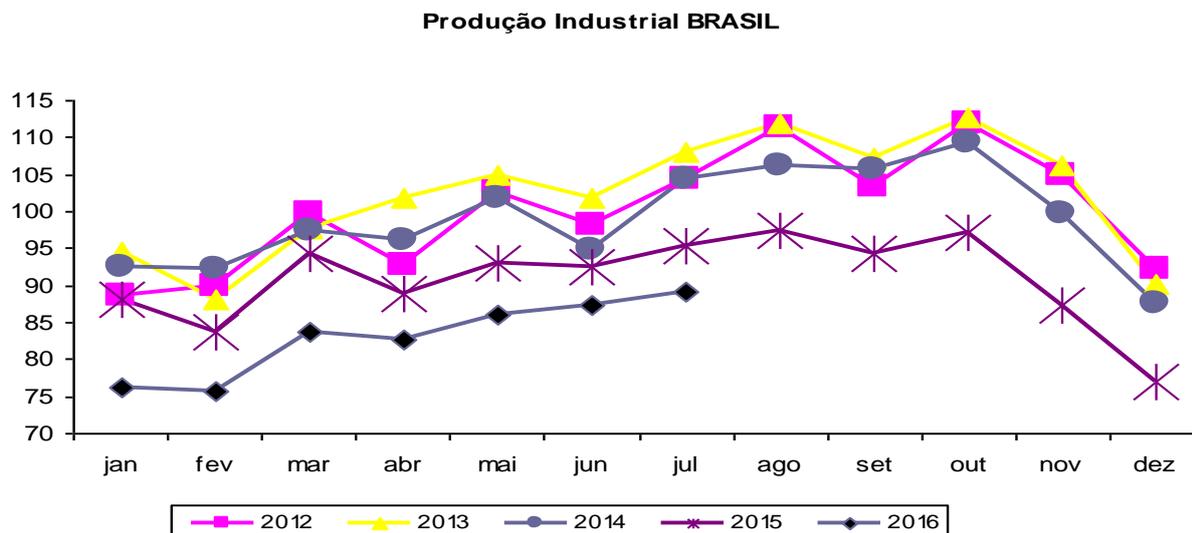
Nos valores acumulados, frente ao mesmo período do ano anterior, a recuperação do *superávit externo* tem ocorrido pela queda mais intensa das *importações*, que refletem em grande parte o *desaquecimento da atividade econômica interna*, do que das *exportações*, que também apresentam resultados inferiores.

## Atividade

### Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Julho/2016)

#### Fato

Em julho, a *Produção Industrial* avançou 0,1% frente a junho, quinto resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação, acumulando crescimento de 3,7%. Na comparação com julho de 2015, houve recuo de 6,6%, vigésima nona taxa negativa consecutiva nesse tipo de comparação. Considerando o acumulado em doze meses, a variação foi negativa de 9,6%.



FONTES: IBGE

#### Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso* o avanço mais acentuado foi na produção de *bens de consumo duráveis*, 3,3%, terceira taxa positiva consecutiva, acumulando ganho de 11,7%. Os *bens intermediários* avançaram 1,6%. Por outro lado, a produção de *bens de capital* e a de *bens de consumo semi e não-duráveis* cresceram, por ordem, 2,7% e 1,9%.

Na comparação com junho de 2015, os *bens de consumo duráveis* e os *bens de capital* apresentaram os recuos mais elevados, 16,2% e 11,9%, respectivamente. No primeiro segmento destaca-se a queda em *fabricação de automóveis e eletrodomésticos da linha marrom* e no segundo *bens de capital para fins industriais e para equipamentos de transporte*. O segmento de *bens de consumo semi e não-duráveis* recuou 6,3% e os *bens intermediários* 5,0%.

No acumulado do ano, todas as quatro *categorias de uso* apresentaram variação negativa, ficando confirmado o menor dinamismo dos *bens de consumo duráveis*, com queda de 21,4%, seguido de setor de *bens de capital*, 18,5%, dos *bens intermediários*, 8,3% e o de *bens de consumo semi e não duráveis* 2,9%.

#### Consequência

Apesar de nos últimos meses os resultados, na comparação com o mês anterior tenham apresentado alguma recuperação, a *produção industrial* segue em patamar muito baixo, podendo existir agravamento decorrente das *medidas de ajuste fiscal*.

## Atividade

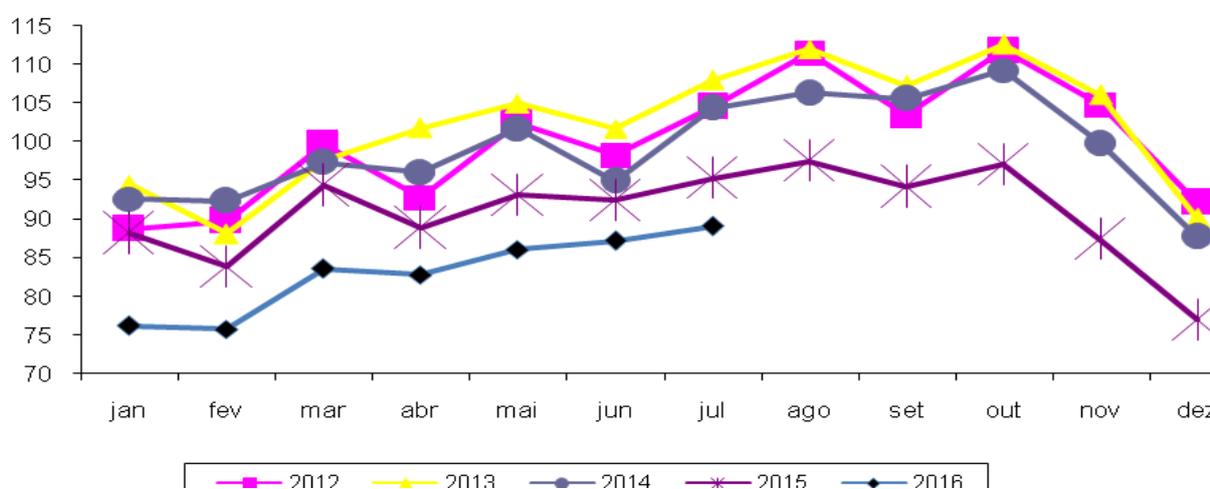
### Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Julho/2016) - IBGE

#### Fato

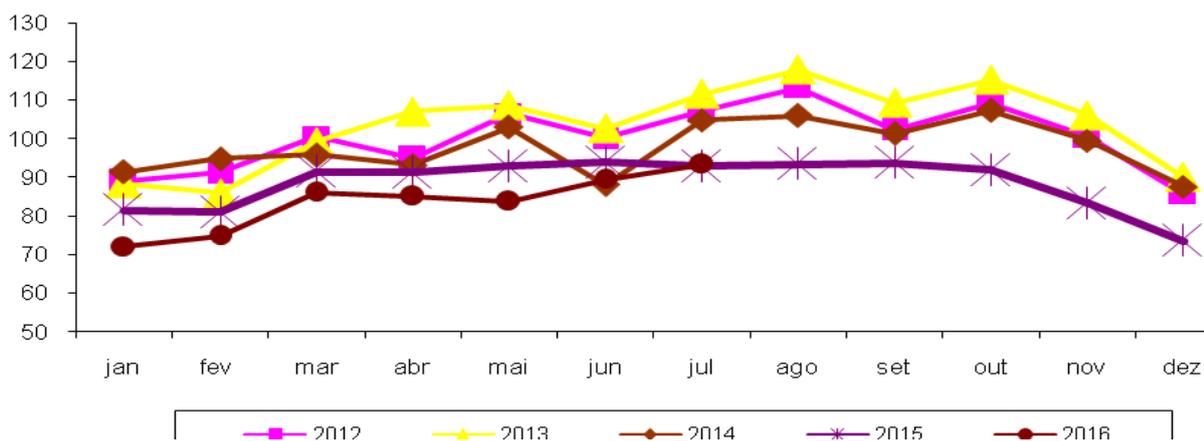
Em julho frente a junho, a *Produção Industrial* cresceu em seis dos quatorze locais pesquisados. Na comparação com julho de 2015 foi registrado recuo, em treze dos quinze locais e no acumulado do ano a queda também ocorreu em treze locais.

No **Paraná**, houve avanço de 2,6% frente ao mês anterior, segunda taxa positiva neste tipo de comparação, período que acumulou ganho de 9,0%. No confronto com igual mês do ano anterior houve queda de 0,1%, décima terceira taxa negativa nesta comparação, porém a menos acentuada dessa sequência e no acumulado em doze meses queda de 9,1%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Causa

Na passagem de junho para julho, os maiores avanços foram registrados em Pernambuco, **Paraná**, Espírito Santo e São Paulo. As áreas que tiveram maior recuo na produção foram: Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Na comparação com julho de 2015, os recuos mais acentuados ocorreram no Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul. Os avanços foram no Pará e Mato Grosso. Nos primeiros seis meses do ano as maiores retrações foram no Espírito Santo, Pernambuco e Amazonas. Por outro lado os locais que tiveram crescimento foram Pará e Mato Grosso.

No Estado do **Paraná**, comparativamente a julho de 2015, oito dos treze ramos pesquisados apresentaram variações negativas, com destaque para *coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, veículos automotores, reboques e carrocerias, e outros produtos químicos*. Em sentido oposto, o setor de *alimentícios, celulose, papel e produtos de papel e máquinas e equipamentos*, exerceram as influências positivas mais importantes.

No Estado, nos primeiros sete meses do ano, houve queda em nove dos treze setores. Os destaques negativos foram: *veículos automotores, reboques e carrocerias, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis e máquinas e equipamentos*. Os destaques positivos ficaram por conta de *alimentícios, celulose, papel e produtos de papel e de bebidas*.

### Consequência

De maneira semelhante ao que acontece em âmbito nacional, a produção paranaense vem apresentando alguma recuperação na comparação com o mês anterior, porém ainda registra queda nas demais comparações. A tendência é de recuperação lenta ao longo dos próximos meses.

### Atividade

#### PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre –jun-jul-ago de 2016) – IBGE

#### Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre móvel, encerrado em agosto, *taxa de desocupação* de 11,8%, com crescimento de 0,6 p.p. frente ao mesmo trimestre encerrado em maio deste ano anterior e expansão de 3,1 p.p. na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2015.

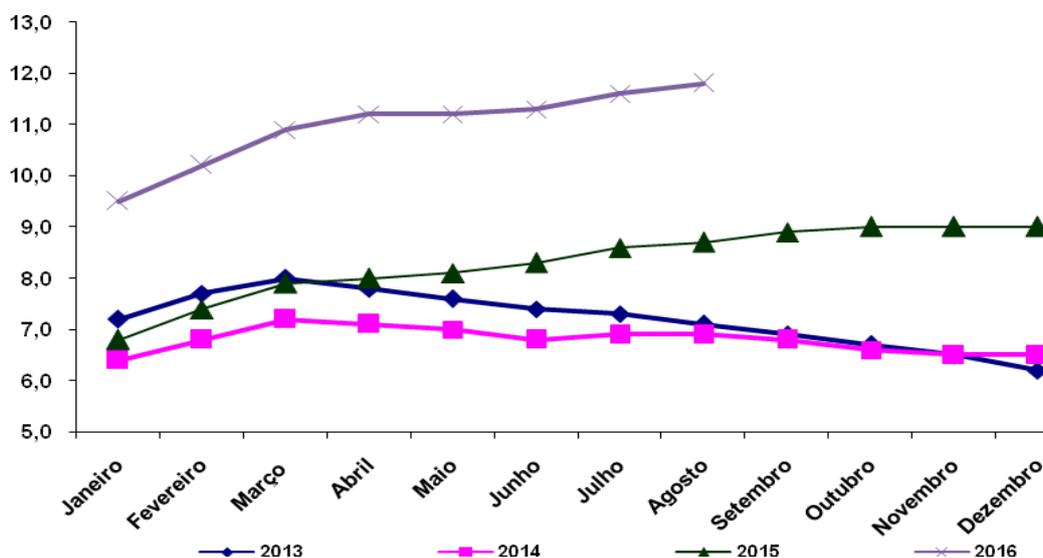
O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.011 com estabilidade frente ao trimestre encerrado em maio e na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

#### Causa

A *população desocupada*, 12,0 milhões cresceu 5,1% em relação ao trimestre de março a maio de 2016, representando um aumento de 583 mil pessoas. Frente a igual trimestre do ano anterior o crescimento foi de 36,6%, significando um acréscimo de 3,2 milhões de *peças desocupadas na força de trabalho*. Na *população ocupada*, 90,1 milhões, houve queda de 0,8% frente ao trimestre encerrado em maio de 2016 e 2,2% na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2015.

No trimestre encerrado em agosto, nos empregados com *carteira de trabalho assinada*, não houve variação frente ao trimestre encerrado em maio. Na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2015, houve queda de 3,8%, o que representa a perda de 1,4 milhão de *peças com carteira assinada*.

No trimestre, a *massa de rendimento real habitualmente recebida em todos os trabalhos*, R\$ 177,0 bilhões de reais, não apresentou variação significativa frente ao trimestre de março a maio, porém recuou 3,0% frente ao mesmo trimestre do ano anterior.



## Consequência

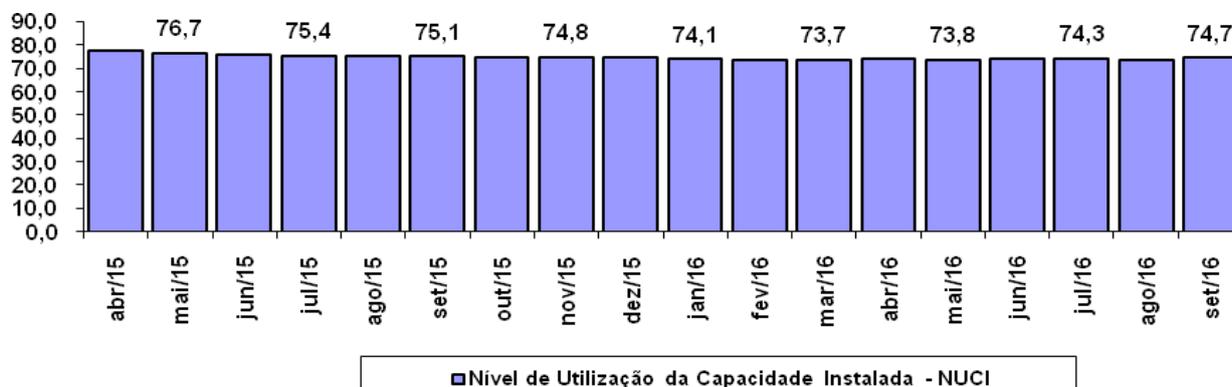
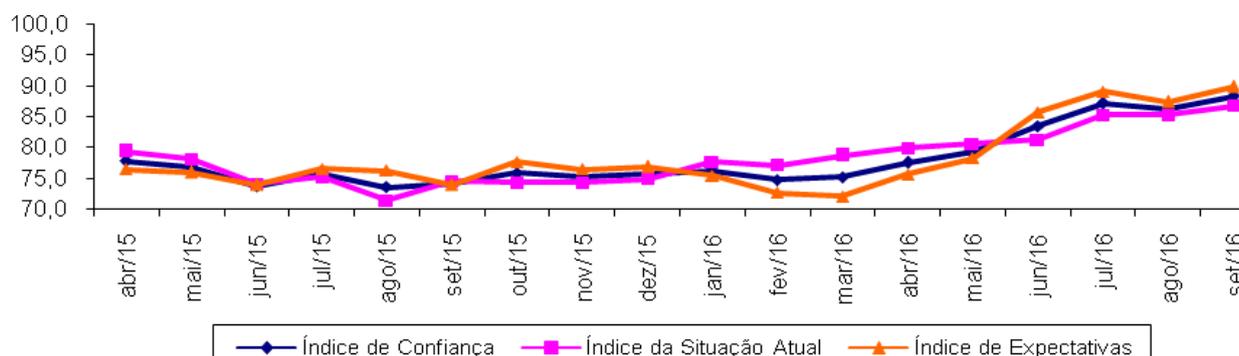
O desemprego segue em alta, reflexo do desaquecimento da atividade econômica. A expectativa para os próximos meses é de continuidade no crescimento desta taxa.

## Atividade

### ICI – Índice de Confiança da Indústria (Setembro/2016) – FGV

#### Fato

O Índice de Confiança da Indústria - ICI avançou 2,1 pontos entre agosto e setembro, passando de 86,1 para 88,2 pontos, atingindo o maior nível desde julho de 2014. O Índice da Situação Atual – ISA aumentou 1,5 ponto passando de 85,2 para 86,7 pontos. O Índice de Expectativas - IE cresceu 2,5 pontos, atingindo 89,8 pontos.



FONTE: FGV

## Causa

No ISA, destacou-se a avaliação menos favorável sobre o nível atual dos estoques, com a parcela das empresas que o avaliam como excessivos diminuindo de 14,1% para 12,7%, e a das que o avaliam como insuficientes crescendo de 5,4% para 7,1%.

Nas expectativas, houve avanço de 5,3 pontos no indicador que mede o grau de otimismo com a tendência dos negócios nos seis meses seguintes, chegando à 88,9 pontos, o maior patamar desde dezembro de 2014.

## Consequência

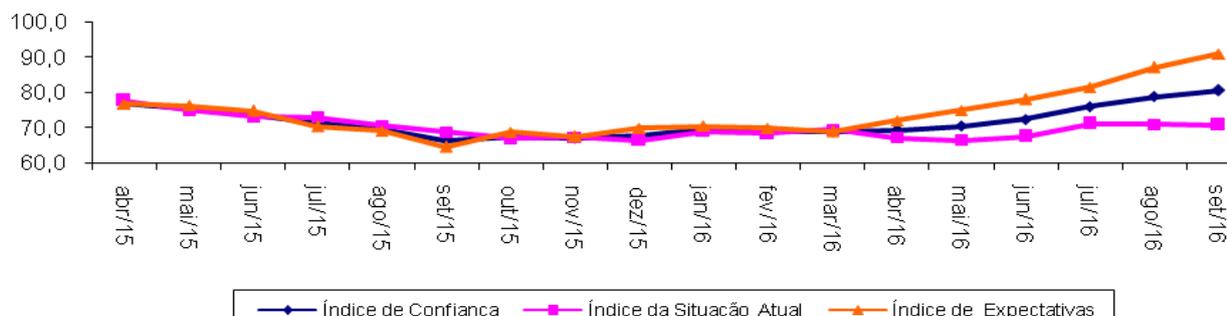
A combinação dos resultados indica que o setor industrial demonstra alguma recuperação, embora ainda permaneça em patamar historicamente baixo. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na recuperação, porém sem variações muito intensas.

## Atividade

### Sondagem de Serviços (Setembro/2016) – FGV

#### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* avançou 1,8 ponto entre agosto e setembro, passando de 78,8 para 80,6 pontos, após a sétima alta consecutiva, o índice atinge a maior marca desde fevereiro do ano passado. O *Índice da Situação Atual – ISA* diminuiu 0,1 ponto, atingindo 70,8 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* avançou 3,9 pontos, chegando a 91,0 pontos.



FONTE: FGV

#### Causa

No *ISA*, o indicador que avalia a *situação atual dos negócios* a queda foi principalmente condicionada pela variação negativa de 0,6 ponto no indicador de percepção da *Demanda Atual* que chegou a 70,8 pontos. Nas *expectativas*, houve avanço de 5,3 pontos no indicador que mede a *Demanda Prevista* que alcançou 92,4 pontos, o maior patamar desde julho de 2014.

#### Consequência

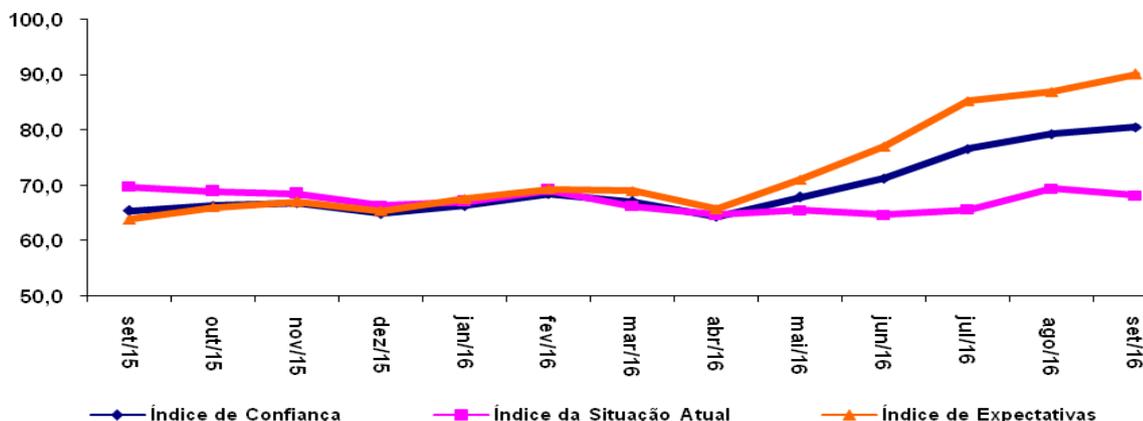
Os índices de confiança com a situação atual continuam captando os efeitos do *desaquecimento econômico interno*, porém as para períodos futuros ocorre clara *redução do pessimismo* do setor.

## Atividade

### ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Setembro/2016) – FGV

#### Fato

Entre os meses de agosto e setembro, o *ICC* apresentou avanço de 1,3 ponto, passando de 79,3 para 80,6 pontos, o maior desde janeiro de 2015, representando a quinta alta consecutiva. O índice da *Situação Atual* caiu 1,3 ponto, passando de 69,5 para 68,2 pontos. O *Índice das Expectativas* cresceu 3,2 pontos, atingindo 90,1 pontos, o maior desde outubro de 2014.



FONTE: FGV

## Causa

Com referência a *situação presente*, a proporção de consumidores que avaliam a *situação atual da economia* piorou em setembro, caindo 1,8 ponto, após três meses consecutivos de alta. No que tange ao *futuro* houve evolução de 3,1 pontos no indicador que mede o grau de otimismo com relação à evolução da *situação financeira das famílias* nos seis meses seguintes, sendo a principal influência positiva sobre o ICC.

## Consequência

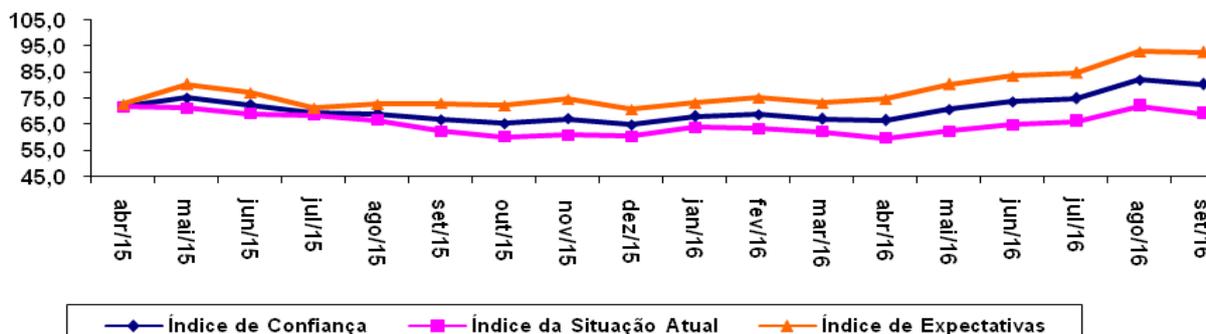
Os aumentos na confiança do consumidor têm sido sustentados pelas expectativas e a demora na recuperação econômica tem levado a uma postura mais cautelosa por parte do consumidor. Para os próximos meses, não existem sinalizações de melhora acentuada, principalmente no que tange à *situação atual*.

## Atividade

### ICom - Sondagem do Comércio (Setembro/2016) – FGV

## Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* reduziu-se 1,7 ponto em relação ao mês anterior, depois de quatrop altas consecutivas, ao passar de 82,1 para 80,4. O *Índice a Situação Atual - ISA* teve a queda de 3,0 pontos, atingindo 69,0 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* reduziu-se 0,4 ponto, chegando a 92,6 pontos.



FONTE: FGV Trimestre findo em

## Causa

No *ISA* a maior contribuição para a baixa foi proveniente do quesito que mede o volume da *Demanda Atual*, que caiu 4,2 pontos em relação ao mês anterior, chegando a 66,0 pontos. Nas *expectativas* a queda foi totalmente influenciada pela piora do indicador que mede o grau de otimismo com as *Vendas nos Três Meses Seguintes*, que recuou 1,0 ponto, para 92,1 pontos.

## Consequência

A queda no *ISA* apresenta acomodação após a forte elevação no mês anterior, todavia, a expectativa ainda é de diminuição do pessimismo do setor, principalmente com relação aos meses seguintes.

## Atividade

### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Agosto/2016) – IBGE

#### Previsão da Safra de Grãos

## Fato

Em agosto, a estimativa da *safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas*, estimou uma produção de 186,1 milhões de toneladas, 11,1% inferior à safra de 2015, e 1,5%, abaixo da previsão de julho. A *área a ser colhida*, 57,4 milhões de hectares, está 0,4% abaixo da registrada no ano passado.

## Causa

Com relação à produção de 2016 as três principais culturas, arroz, o milho e soja, que juntos representam 92,6% do total da produção nacional, teve variação negativa na produção de 0,8%, para a soja, 14,9% para o arroz, e 23,4% para o milho.

O levantamento sistemático da produção agrícola registrou variação positiva para dez dos vinte e seis produtos analisados: amendoim em casca 1ª e 2ª safras, aveia em grão, batata-inglesa 1ª safra, café em grão – arábica, cebola, cevada em grão, mamona em baga, trigo em grão e triticale em grão.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: algodão herbáceo em caroço, arroz em casca, batata-inglesa 2ª e 3ª safras, cacau em amêndoa, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras, laranja, mandioca, milho em grão 1ª e 2ª safras, soja em grão e sorgo em grão.

Regionalmente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas está assim distribuída: Centro-Oeste, 76,5 milhões, equivalente a 41,1% da produção nacional, Sul, 73,3 milhões de toneladas, 39,4% da produção nacional, Sudeste, 19,7 milhões, 10,6%, Nordeste, 10,3 milhões, 5,5%, e Norte, 6,3 milhões, 3,4%.

## Consequência

De acordo com prognóstico das áreas plantadas, realizado pelo IBGE em agosto, a safra de grãos em 2016 deverá ser inferior à do ano anterior, com possibilidade de novas quedas nos próximos levantamentos.

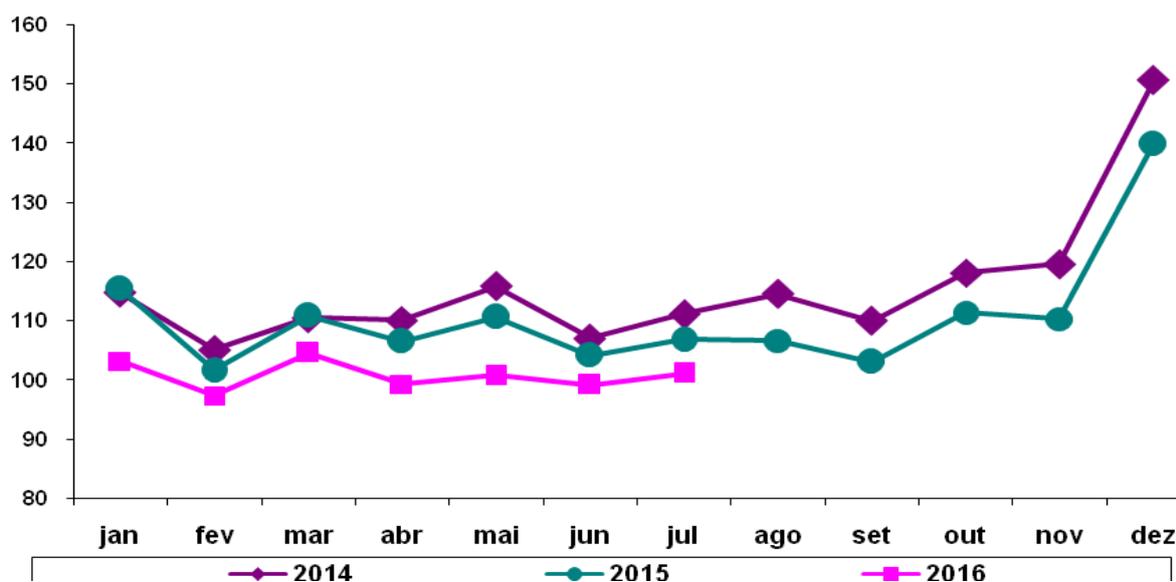
## Atividade

### Pesquisa Mensal do Comércio (Julho/2016) – IBGE

#### Fato

No mês de julho, o volume de vendas do comércio varejista, com ajuste sazonal, caiu 0,3%, e a receita nominal cresceu 0,7%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o volume de vendas foi de negativos 5,3% sobre julho de 2015, e de negativos 6,8% no acumulado dos últimos doze meses. A receita nominal obteve taxas de positivos 6,7% com relação à igual mês de 2015 e 3,7% no acumulado em doze meses.

No que se refere ao comércio varejista ampliando, no volume de vendas houve queda de 0,5% frente ao mês anterior, queda de 10,2% frente a julho de 2015 e recuo de 10,3% no acumulado em doze meses. Com relação à receita nominal foi registrada expansão de 0,7% frente ao mês anterior, queda de 1,3% no comparativo com julho de 2015 e recuo de 2,1% no acumulado em doze meses.



FONTE: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

## Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, seis das oito atividades pesquisadas tiveram redução no *volume de vendas*. *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e Combustíveis e lubrificantes*, que juntas representam 60% da atividade global tiveram queda igual ao resultado geral, 0,3%. As demais atividades com recuo foram: *Tecidos, vestuário e calçados*, 5,8%, *Livros, jornais, revista e papelaria*, 1,2%, *Móveis e eletrodomésticos*, 1,0% e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 0,9%. Os avanços foram em *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 5,9% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, e de perfumaria*, 0,7%, no comércio varejista ampliado ocorreu queda de 2,5% em *Material de construção* e de 0,3% em *Veículos e motos, partes e peças*.

Comparativamente a julho de 2015 todas as atividades apresentaram recuo, os resultados, por ordem de importância na formação da taxa global, foram: *Móveis e eletrodomésticos*, 12,4%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 11,6%, *Combustíveis e lubrificantes*, 9,9%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 14,2%, *Livros, jornais, revista e papelaria*, 18,6%, *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 12,9% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, e de perfumaria*, 3,2%. No comércio varejista ampliado *Material de construção* teve recuo de 12,6%, e *Veículos e motos, partes e peças*, queda de 20,0%.

## Consequência

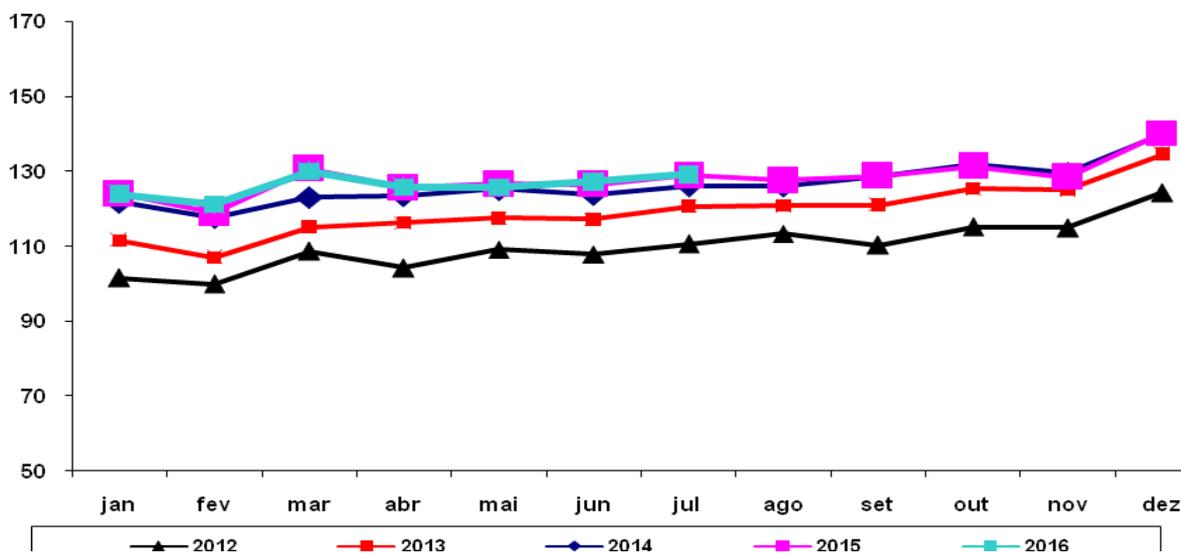
O *comércio varejista* segue apresentando recuo, e dadas às medidas de ajuste orçamentário por parte do governo, para os próximos meses, ainda não é esperada recuperação significativa.

## Atividade

### Pesquisa Mensal de Serviços (Julho/2016) – IBGE

## Fato

No mês de julho frente ao mês anterior, o volume de serviços cresceu 0,7% e a receita nominal 1,2%, comparativamente a igual mês do ano anterior, o volume de serviço caiu 4,5% e a *receita nominal dos serviços* cresceu 0,3%. No acumulado em doze meses a taxa de crescimento do volume ficou negativa em 4,9% e a receita cresceu 0,1%.



FONTE: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (Base: Média de 2011 = 100) (Número índice)

## Causa

Frente a junho no volume tiveram alta, *Serviços prestados às famílias*, 3,2%, *Outros serviços*, 1,9%, *Serviços de Atividades turísticas*, 0,7% e *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, 0,3%. Os *Serviços de informação e comunicação* não variaram e o de *Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio*, recuou 0,3%.

## Consequência

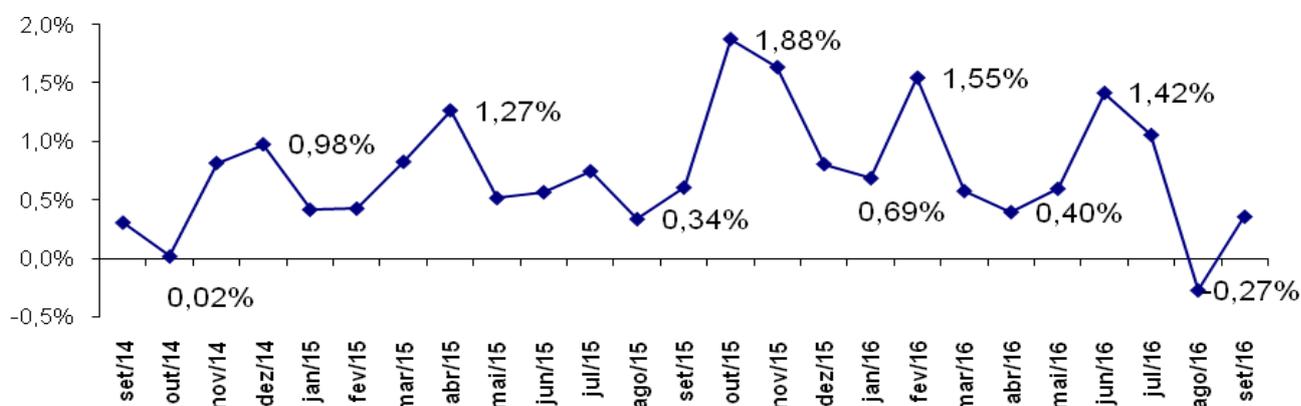
O desempenho da *receita dos serviços* tem sido condicionado principalmente pela *redução dos empregos* e dos *salários reais* do crescimento da *massa salarial*.

## Inflação

### IGP-10 (Setembro/2016) – FGV

#### Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,36% em setembro, aumentando 0,63 p.p. com relação a agosto. No acumulado em doze meses o índice ficou em 11,23%, e no ano 6,55%



FONTE: FGV

## Causa

No mês de agosto, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA** apresentou aceleração de 0,96 p.p., com variação de 0,39%. Neste, o maior avanço foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, com variação de 1,65%, 2,96 p.p. maior do que a variação de agosto, com destaque para *soja*, *minério de ferro* e *mandioca*. Os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,04 p.p., decorrente do crescimento na variação de *materiais e componentes para a construção* e os *Bens Finais* avançaram 0,14 p.p. como consequência da maior variação em *alimentos in natura*. O **IPC** teve recuo de 0,11 p.p., com variação de 0,27%, com o grupo *Transportes* sendo o principal responsável pelo decréscimo, com destaque para *gasolina*. Outros grupos que tiveram desaceleração foram: *Saúde e Cuidados Pessoais*, *Comunicação*, *Vestuário*, e *Despesas Diversas*. O **INCC** teve avanço de 0,11 p.p., com avanço de 0,03 p.p. em *Mão de Obra* e aceleração de 0,11 p.p. em *Materiais, Equipamentos e Serviços*.

## Consequência

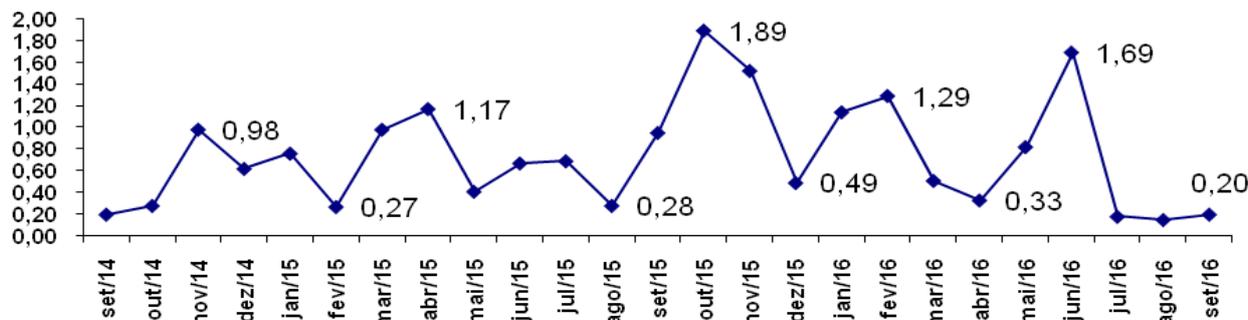
O **IGP-10** voltou a apresentar aceleração, principalmente como consequência de *Matérias-Primas Brutas*. A expectativa para os próximos períodos é de *estabilidade*.

## Inflação

### IGP-M (Setembro/2016) – FGV

#### Fato

Em setembro, o **IGP-M** registrou variação de 0,20%, 0,05 p.p. superior à variação do mês anterior, no ano o acumulado é de 6,46%, e em doze meses 10,66%.



FONTE: FGV

#### Causa

Na passagem de agosto para setembro, o **IPA** registrou variação de 0,18%, avançando 0,14 p.p. O responsável por este crescimento foi o índice de *Matérias-Primas Brutas*, com acréscimo de 0,93 p.p. na taxa de variação, com aceleração em *soja, minério de ferro e mandioca*. O índice dos *Bens Finais* recuou 0,40 p.p., com destaque para este recuo o subgrupo *alimentos in natura* e o dos *Bens Intermediários* avançaram 0,03 p.p., sendo o principal responsável para a aceleração, o subgrupo *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC**, com variação de 0,16% em setembro, desacelerou-se 0,24 p.p., com a principal contribuição para o decréscimo partindo dos *Alimentos*, dado a menor taxa de variação do item *laticínios*. Também apresentaram recuo em sua taxa de variação: *Transportes, Saúde e Cuidados Pessoais, Educação Leitura e Recreação, Comunicação e Despesas Diversas*. O **INCC** teve aceleração de 0,11 p.p. chegando á 0,37%. *Materiais, Equipamentos e Serviços* teve desaquecimento de 0,10 p.p. e o componente *Mão de Obra* acelerou 0,29 p.p.

#### Consequência

No mês o **IGP-M** apresentou breve aceleração. Para os próximos períodos, decorrente da baixa expectativa de retomada do *crescimento econômico*, a *inflação* deverá seguir em patamar baixo.

## Inflação

### IGP-DI (Agosto/2016) – FGV

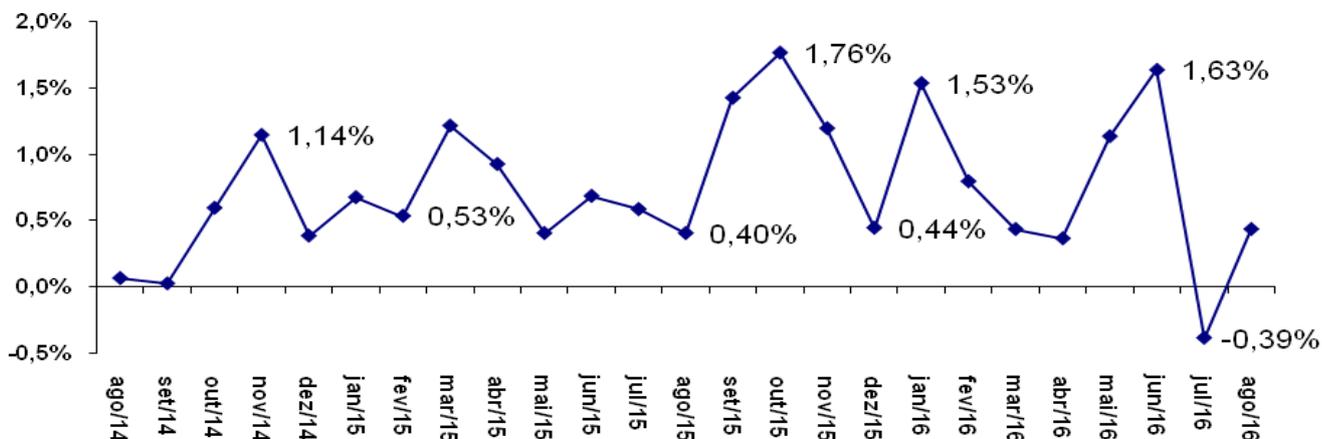
#### Fato

O *Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)* registrou variação de 0,43% em agosto, acelerando 0,82 p.p. ante a inflação registrada em julho. Em doze meses a variação acumulada é de 11,27% e no ano 6,07%.

#### Causa

Em agosto, o **IPA**, variou de 0,50%, acelerando 1,31 p.p. frente ao mês anterior, motivado por avanço mais intenso em *Matérias-Primas Brutas*, 3,76 p.p., decorrente de *minério de ferro, milho e soja*. Os *Bens Finais* tiveram aceleração de 0,49 p.p., sendo o principal responsável por este avanço o subgrupo *alimentos in natura* e os *Bens Finais* tiveram desaceleração de 0,07 p.p. com destaque para *alimentos in natura*.

O IPC recuou 0,05 p.p., atingindo 0,32%, com a contribuição mais relevante para a desaceleração proveniente do grupo *Saúde e Cuidados Pessoais*, com destaque para o comportamento dos preços de *artigos de higiene e cuidado pessoal*. O INCC teve recuo de 0,20 p.p., com aceleração em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e desaceleração em *Mão de Obra*.



FONTES: FGV

### Consequência

O IGP-DI voltou a apresentar aceleração frente ao mês anterior e o acumulado no ano e em doze meses segue em patamar elevado. Para os próximos meses a expectativa é de recuo.

### Inflação

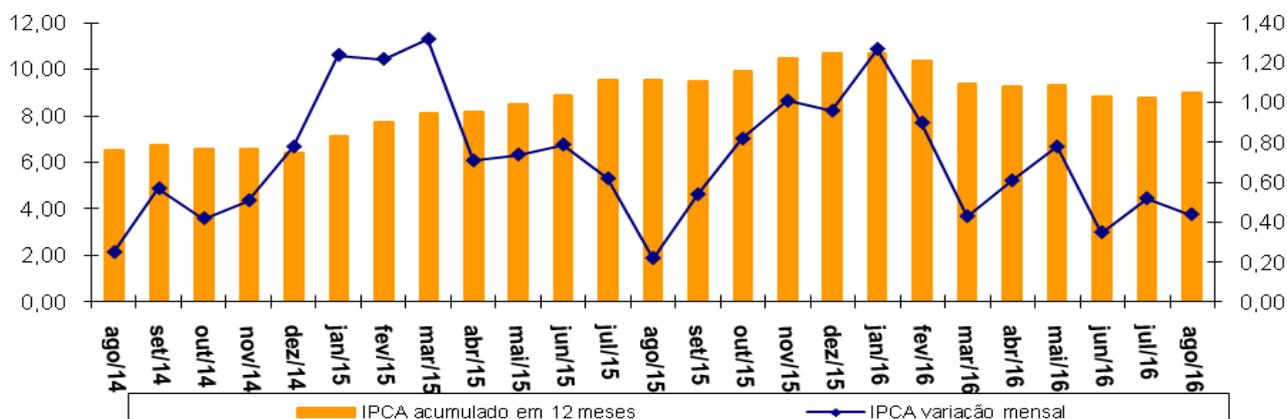
#### IPCA (Agosto/2015) – IBGE

#### Fato

O IPCA variou 0,44% em agosto, 0,08 p.p. abaixo do registrado em julho, no acumulado em doze meses o índice chegou a 8,97%, 0,23 p.p. superior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, e no acumulado do ano a inflação está em 5,42%, 1,64 p.p. abaixo do registrado no mesmo período de 2015. Em Curitiba, a variação foi de 0,24%, 0,14 p.p. acima da de julho, acumulando alta de 4,00% no ano, e 7,59% em doze meses.

#### Causa

O maior recuo no mês foi proveniente do grupo *Alimentação e Bebidas*, que passou de 1,32% em julho para 0,30% em agosto, decorrente principalmente de *batata-inglesa* e do *feijão-carioca*. Outros três grupos mostraram desaceleração: *Artigos de Residência, Transportes e Comunicação*.



FONTES: IBGE

## Consequência

Após a aceleração de julho, o índice volta a apresentar recuo, desta vez puxado por *alimentos* que haviam intensificado a aceleração no mês anterior. Para os próximos meses, a expectativa é de novas quedas na taxa, refletindo o *desaquecimento da atividade econômica*.

## Inflação

### IPCA - 15 (Setembro/2016) – IBGE

#### Fato

O **IPCA – 15** registrou variação de 0,23% em setembro, reduzindo 0,22 p.p. com relação a agosto. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são de 5,90% e 8,78%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi 0,50%, 0,49 p.p. acima do registrado no mês anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 7,82%.

#### Causa

No mês, o grupo *Alimentação e Bebidas* foi o maior responsável pela desaceleração do índice, passando de uma alta de 0,78%, para uma queda de 0,01%. Os alimentos que apresentaram as maiores quedas foram: *batata-inglesa, cebola, feijão-carioca, hortaliças e leite longa vida*. Também tiveram menor variação no mês: *Educação, Saúde e Cuidados Pessoais, Transportes, Despesas Pessoais, Artigos de Residência e Comunicação*.

## Consequência

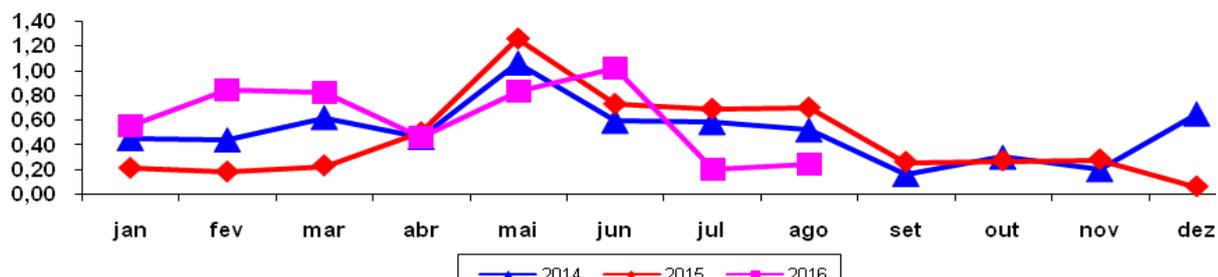
O índice nos valores acumulados segue em patamar elevado, porém a inflação vem demonstrando sinais de acomodação nas variações mensais. Para os próximos meses não são esperadas variações muito intensas.

## Inflação

### Custos e Índices da Construção Civil (Agosto/2015) – IBGE - Caixa Econômica Federal

#### Fato

O **Índice Nacional da Construção Civil** variou 0,24% em agosto, 0,04 p.p. acima da variação de julho. Em doze meses, o acumulado é de 5,98%, e no ano 5,07%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.009,76, em julho, para R\$ 1.012,16 em agosto, sendo R\$ 527,83 relativos aos *materiais* e R\$ 484,33 à *mão-de-obra*. No **Paraná**, as variações foram de 0,03% no mês, 1,55% no ano e 2,17% em doze meses, o *custo médio da construção*, no Estado, é de R\$ 1.011,69.



FONTE: IBGE

#### Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou negativos 0,03%, 0,08 p.p. acima do mês anterior, e a componente *mão-de-obra* 0,53%, caindo 0,01 p.p. em relação a julho. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 3,31% para *materiais* e 9,01% para *mão-de-obra*, e no ano, os *materiais* subiram, 2,27% e a *mão-de-obra* 8,25%.

No mês as variações regionais foram: 0,10% na Região Nordeste, 0,03% na Região Norte, 2,51% no Centro-Oeste, negativos 0,09% no Sudeste e positivos 0,07% no Sul. Ainda na verificação regional, os acumulados em doze meses foram 6,89% na Região Nordeste, 6,17% na Norte, 5,56% no Centro-Oeste, 5,92% no Sudeste e 4,24% na Região Sul.

### **Consequência**

A exemplo dos índices de outros setores os *custos da construção civil* seguem apresentando arrefecimento, devendo ao longo do ano seguir nesta tendência.

### **Inflação**

#### **IPP - Índices de Preço ao Produtor (Agosto/2016) – IBGE**

### **Fato**

O IPP apresentou variação negativa de 0,26% em agosto, ficando, portanto 0,31 p.p. superior à variação do mês anterior e 0,70 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior, 0,96%. No acumulado em doze meses a variação foi de 3,03%, e no ano negativo 0,93%.

### **Causa**

No mês, onze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas. As maiores variações foram em *indústrias extrativas, outros produtos químicos, vestuário e acessórios e fumo*. Os itens com maior influencia foram: *outros produtos químicos, alimentos, indústrias extrativas, e metalurgia*.

### **Consequência**

O *índice de preços ao produtor* volta a registrar variação negativa, devendo gerar algum reflexo nos *preços ao consumidor* nos próximos meses.

### **Operações de Crédito**

#### **Nota à Imprensa (Agosto/2016) - BACEN**

### **Fato**

O total do estoque das *operações de crédito* do sistema financeiro atingiu R\$ 3.115 bilhões em agosto, com estabilidade no mês e declínio de 0,6% em doze meses, atingindo 51,1% na *relação com ao PIB*, 2,5 p.p. inferior a agosto de 2015. A *taxa média das operações de crédito referencial* atingiu 32,9% a.a., com queda de 0,1 p.p. no mês e aumento de 3,9 p.p. em doze meses. A *taxa de inadimplência* da carteira de crédito permaneceu estável no mês e cresceu 0,5 p.p. em doze meses, atingindo 3,1% da *carteira total de crédito*.

### **Causa**

Os *empréstimos contratados com recursos livres*, que correspondem a 49,8% do total do *sistema financeiro*, atingiram R\$ 1.550 bilhões, diminuindo 0,3% no mês e 3,2% em doze meses. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 0,5% no mês, chegando à R\$ 803 bilhões, com destaque para o *crédito consignado para beneficiários do INSS e operações com cartão de crédito à vista*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas*, ocorreu redução de 1,1 % no mês, chegando à R\$ 747 bilhões, com maior recuo em *capital de giro e nas operações vinculadas ao comércio exterior*. No *crédito direcionado*, houve crescimento de 0,2% no mês e de 2,0% em relação ao mesmo mês de 2015, totalizando R\$ 1.565 bilhões. As *taxas médias de juros* diminuíram 0,1 p.p. no mês e cresceram 3,9 p.p. em doze meses. O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* diminuiu 0,5 p.p. no mês e cresceu 4,9 p.p. em doze meses e para as *empresas* o custo médio caiu 0,1 p.p. no mês e aumentou 1,6 p.p em doze meses. A *taxa de inadimplência da carteira de crédito referencial* atingiu 3,6% no mês, sendo 4,1% para *pessoas físicas* e 3,1% para *pessoas jurídicas*.

### **Consequência**

Como reflexo da *baixa atividade econômica* as *operações de crédito* tem recuado, devendo, por fatores sazonais, ocorrer crescimento um pouco mais intenso nos últimos meses do ano.

## Setor Externo

### Nota à Imprensa (Agosto/2016) - BACEN

#### Fato

Em agosto, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 579 milhões. As *reservas internacionais* diminuíram US\$ 609 milhões, totalizando US\$ 376,9 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 338,8 bilhões, aumentando US\$ 2,4 milhões em relação ao montante apurado em junho.

#### Causa

O *saldo da conta de transações correntes* acumulou *déficit* de US\$ 25,8 bilhões nos últimos doze meses, equivalente a 1,46% do PIB. A *conta de serviços* registrou, em agosto, *déficit* de US\$ 2,2 bilhões, 16,1% abaixo do registrado em igual mês de 2015. A melhora foi decorrente de aumento nas *receitas e despesas brutas* de 16,7% e 0,3%, respectivamente. A *conta capital e financeira* registrou *entrada líquida* de US\$ 116 milhões destacando-se os *ingressos líquidos em investimentos diretos no país* US\$ 7,2 bilhões e redução de US\$ 5,7 bilhões nos *passivos de investimentos em carteira*. Na *movimentação das reservas*, durante o mês o estoque de *linhas de recompra* atingiu US\$ 7,4 bilhões, com decréscimo de US\$ 810 milhões em relação a posição de junho. A receita de *remuneração de reservas* atingiu US\$ 258 milhões. As *variações por preço e por paridade* reduziram o estoque em US\$ 498 milhões e US\$ 511 milhões, respectivamente. Em agosto, a *dívida externa de longo prazo* aumentou US\$ 2,3 bilhões, atingindo US\$ 275 bilhões e a de *curto prazo* permaneceu praticamente estável em US\$ 63,8 bilhões.

#### Consequência

O *déficit em transações correntes* vem apresentando redução ao longo dos meses. O volume das *reservas* ainda apresenta solidez e a *dívida externa* não demonstra sinais de aceleração.

## Política Fiscal

### Nota à Imprensa (Agosto/2016) - BACEN

#### Fato

O *déficit primário do setor público* em agosto foi de R\$ 22,3 bilhões. No ano o *déficit* alcançou R\$ 58,9 bilhões e em doze meses até agosto o acumulado é *deficitário* de R\$ 169 bilhões, o que equivale a 2,77% do PIB. A *dívida líquida do setor público*, como percentual do PIB cresceu 0,8 p.p. com relação a julho e 7,1 p.p. no ano, atingindo o montante de R\$ 2.638,3 bilhões. Os *juros nominais*, apropriados pelo critério de competência, totalizaram R\$ 40,7 bilhões em agosto. No acumulado do ano os *juros* atingiram R\$ 254,6 bilhões e em doze meses, R\$ 418 bilhões, equivalente a 6,86% do PIB. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 62,9 bilhões no mês, no ano o resultado foi de negativos R\$ 313,4 bilhões e no acumulado em doze meses *déficit* de R\$ 587 bilhões, 9,64% do PIB.

#### Causa

Por origem, o *Governo Central* registrou *déficit* de R\$ 22,1 bilhões e os *governos estaduais*, R\$ 653 milhões. Por outro lado as *empresas estatais* tiveram *superávit* de R\$ 529 milhões. Os *juros nominais apropriados* em agosto registraram o mesmo patamar em relação ao total apropriado no mês anterior. O aumento na *relação entre dívida líquida e PIB*, no ano, foi consequência da *incorporação de juros, valorização cambial* e pelo *déficit primário*. Em sentido contrário, os *efeitos do crescimento do PIB nominal* e o *ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida* contribuíram para um menor recuo.

#### Consequência

O resultado do *orçamento* segue negativo e os *impasses políticos* têm dificultado a adoção de medidas para corrigi-lo. Para os próximos meses é esperada maior austeridade e parcimônia por parte do *Executivo*, para a recuperação das *contas públicas*.